

# DOCUMENTOS PREVISIONAIS

## RELATÓRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

2022



**Torres Vedras**  
Câmara Municipal

## RELATÓRIO DO ORÇAMENTO

Elaborado em conformidade com o n.º 1 do art.º 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

### 1. APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022 mantêm-se com os desígnios dos anos transatos e refletem, naturalmente, o período pandémico que estamos a atravessar, com a necessidade contínua de dar resposta o investimento contínuo através do Programa Municipal de Apoio Extraordinário, que adotou um conjunto de medidas transversais às famílias e aos diversos setores da sociedade, causando efeitos diretos na despesa e na receita disponível para 2022.

Tendo em conta a continuidade deste Programa, pela necessidade de resposta aos efeitos provocados pela pandemia COVID-19, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 dão continuidade aos programas, projetos e investimentos já iniciados, bem como dá condições para o desenvolvimento e implementação de outros que cumpram com o desígnio de prestar serviços de qualidade e proximidade para com a comunidade, em particular nas áreas da educação, saúde e redes viárias.

Do conjunto de prioridades presentes nos documentos previsionais de 2022 importa destacar:

- O parque escolar continua a ser prioridade de investimento, com o objetivo de reforçar e melhorar as instalações e equipamentos no ensino pré-escolar, bem como dar continuidade às ações de modernização da oferta em termos de instalações e equipamentos no ensino básico do 1º ciclo, garantindo a transversalidade das condições para a qualidade do ensino e da aprendizagem, através de investimento em equipamentos informáticos, essenciais para adaptação às realidades do ensino à distância.
- Iremos dar continuidade às empreitadas do Centro Escolar do Ramalhal e da Escola Básica de Freiria (2º e 3º ciclos). Durante o ano de 2022 iniciaremos a construção da Escola Básica de Silveira, bem como daremos início à elaboração do projeto da Escola Básica de A-dos-Cunhados (1º ciclo e II).
- Através do protocolo de cooperação estabelecido com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. vamos reforçar a rede das unidades de saúde em áreas de baixa densidade, colmatando as lacunas existentes na rede de equipamentos de prestação de cuidados de saúde. Iremos desenvolver os projetos das Unidades de Saúde Familiar de Runa e Ramalhal, e iniciar a obra da Unidade de Saúde Familiar de São Pedro da Cadeira.
- Com vista à melhoria e ao desenvolvimento dos serviços prestados pelas unidades de saúde no

concelho, iremos dar continuidade ao Protocolo de Cooperação com o Centro Hospitalar do Oeste.

- O Plano Plurianual de Reabilitação da Rede Viária Municipal e Arruamentos é reforçado para dar resposta a obras de reabilitação das vias municipais em todas as freguesias do concelho, contribuindo para a segurança e conforto dos utilizadores das vias do nosso concelho, conferido maior qualidade às deslocações efetuadas. Na melhoria da rede viária destaca-se a finalização da ponte da EM 562, em A dos Cunhados, a continuidade da construção da Variante de A-dos-Cunhados, e a construção de rotunda de acesso à ponte na Av. Monsenhor José Fialho, também em A-dos-Cunhados. Também o investimento na construção de Paragens de Chegada e Confluência nas sedes de freguesia será importante para uniformizar as condições das mesmas, e garantir a segurança dos seus utilizadores.

- Continuar na persecução da construção da ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras, previsto no Programa Nacional de Investimentos 2030, com a realização do seu projeto. Esta ligação que tem o intuito de melhorar as acessibilidades rodoviárias a áreas de acolhimento empresarial que apresentam uma elevada relevância nos contextos regional, nacional e internacional, fomentando a sua competitividade e capacidade de exportação.

- No domínio dos equipamentos culturais iremos dar continuidade à requalificação da Azenha da Ponte - núcleo museológico, na freguesia do Ramalhal, intervenção importante para a salvaguarda do património histórico-cultural de Torres Vedras. Iremos iniciar a requalificação do edifício do karting, em Santa Cruz, com a reabilitação para Museu Jurássico, dotando o espaço de um equipamento educativo e científico no domínio da paleontologia.

- Para o ano de 2022 pretendemos continuar o investimento na requalificação do Parque Municipal de Santa Cruz, criando um parque verde com condições de segurança para a comunidade. Além de espaços verdes nas freguesias litorais, pretendemos finalizar a recuperação dos postos da guarda fiscal, na localidade de Assenta com a conclusão do futuro Centro Interpretativo da Reserva Natural Local Foz Azul, e na localidade de Porto Novo, com o início da construção do Centro para a Sustentabilidade do Mar e Zonas Costeiras. Estes projetos concretizam o objetivo da criação de valor e do crescimento sustentável da economia azul do Município.

- A Estratégia Local de Habitação assume um papel importante no desenvolvimento de Torres Vedras, iremos investir com uma visão de futuro para o concelho, através da aquisição de imóveis e posterior realização de projetos de reabilitação.

- O investimento na reabilitação e na regeneração urbana da cidade terá continuidade com a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano com impacto determinante quer em termos

orçamentais quer na valorização social e económica das áreas já intervencionadas ou a intervencionar.

- Iniciaremos a construção de residências universitárias no Centro Histórico, bem como pugnaremos pela reabilitação do antigo edifício dos SMAS, para as instalações da Escola Superior de Saúde. Os dois investimentos reforçam a atratividade do concelho e os laços de cooperação existentes com o Politécnico de Leiria na oferta formativa no nosso território.

Cremos que as opções expressas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022 permitem que se prossiga com uma visão integrada dos diversos domínios de ação, e que resulta da continuidade do trabalho realizado, com uma gestão rigorosa no ponto de vista do quadro orçamental, que o Município tem sabido realizar.

Torres Vedras, 02 de dezembro de 2021.

A Presidente da Câmara Municipal.



Laura Maria Jesus Rodrigues

## 2. RELAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Em conformidade com a parte final da alínea a) do n.º 1 do art.º 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, consta de anexo ao presente relatório (Anexo I) a relação das responsabilidades contingentes, entendidas como possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- i. Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- ii. O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

### 3. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 9º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais ascende a (em 30/11/2021):

Ano	Total de Compromissos Plurianuais
2022	18.377.887,87
2023	8.169.154,02
2024	3.404.441,39
2025	2.673.110,51
2026 e seguintes (acumulado)	26.902.011,81
<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>59.526.605,60</b>

### 4. PRINCÍPIOS E REGRAS ORÇAMENTAIS

Os documentos previsionais foram preparados em conformidade com os princípios e regras orçamentais previstos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), alterado, na matéria em apreço, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, e tendo em consideração as disposições constantes no n.º 1 do artigo 31º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro).

Com efeito, as regras previsionais constantes no ponto 3.3 do POCAL não foram revogadas pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP).

### 5. MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO, IDENTIFICADAS PELO RESPECTIVO NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL, INCLUINDO A RESPECTIVA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO E O VALOR CORRESPONDENTE

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, consta em anexo (Anexo II) o mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

## 6. MAPAS PREVISIONAIS

Os documentos e mapas previsionais anexos estão em conformidade com a forma e conteúdo previstos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e no DL n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.

Os n.º 2 e 3 do art.º 9º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que a elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) e que este consta de documento que especifica o Quadro de Médio Prazo para as Finanças da Autarquia Local (QMPFAL).

Não obstante, determina o art.º 47º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo”, onde se inclui o Quadro Plurianual de Programação Orçamental e o Quadro de Médio Prazo das Finanças da Autarquia Local, são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja até 3 de janeiro de 2014.

Assim, considerando que a aludida regulamentação não foi ainda publicada e que se desconhecem os elementos que devem constar do QPPO e do QMPFAL, foi entendimento do Município, na sequência da recomendação da ANMP de exercícios anteriores, não preparar aqueles quadros para o exercício de 2022.

## 7. ORÇAMENTOS DE ENTIDADES PARTICIPADAS

Para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 9º-B e na alínea b) do n.º 2 do art.º 46.º, ambos da Lei n.º 73/2014, de 3 de setembro, junta-se, em anexo, o orçamento das entidades controladas pelo Município, a saber, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Promotorres, E.M..



## ANEXOS

### I - Responsabilidades contingentes:

Jurisdicção	Intervenientes	Objeto da ação	Estado Atual
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte. Juízo Local Criminal de Torres Vedras - Juiz 1. Proc. n.º 158/20.2T9TVD	<b>Arguida:</b> Cristina Isabel da Silva Rodrigues Félix <b>Denunciante:</b> Município de Torres Vedras	Crime de desobediência por desrespeito da ordem de demolição de moradia no âmbito do Proc. FM/54/16 e PI/136/2013	Deduzida acusação pelo M.P. contra a Arguida pela prática em autoria material sob a forma tentada e em concurso efetivo de dois crimes de desobediência. Audiência Final no dia 28.09.2021
Ministério Público. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Norte. Departamento de Investigação e Acção Penal - 1.ª Secção de Torres Vedras.  Inquérito. Proc. 174/20. 4PATVD.	<b>Arguida:</b> Andreia Filipa Gonçalves Almeida  <b>Denunciante/ Lesado:</b> Município de Torres Vedras	Crime de furto qualificado de bens propriedade do Município de Torres Vedras retirados do Edifício sito na Praça 25 de Abril, n.º 12 - Gabinete de Apoio à Deficiência Visual	Audiência Final designada para 22/03/2022.
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 5. Ação Administrativa. Proc. n.º 1412/19.IBELSB	<b>Autor:</b> Duarte Fontes Garcia <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação dos actos administrativos de indeferimento e de ordem de demolição das obras efectuadas no âmbito do Proc. OP/140/2018 (Porto Novo, Maceira)	Apresentação em 07.07.2021 pelo Município de Torres Vedras de requerimento quanto à produção da prova testemunhal
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste. Juízo de Comércio de Sintra - Juiz 4. Processo n.º 7888/12.0T2SNT	<b>Administrador da Massa Insolvente:</b> João Marino Ribeiro Ferrão Gomes <b>Insolvente:</b> Sociedade de Construções Urbanas Rufino & Irmão, SA <b>Interveniente accidental:</b> Município de Torres Vedras	Reclamação de créditos	Aguarda-se liquidação de bens
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 2. Ação Administrativa. Proc. n.º 604/19.8BELSB.	<b>Autor:</b> Carla Andreia Lemos da Costa Teles <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Pedido de nulidade do acto que ordenou a posse administrativa para demolição coerciva de imóvel em risco de derrocada sito em Ameal, Freguesia de Ramalhal.	Apresentação de contestação em 13.06.2019
Tribunal Administrativo de Circulo. Unidade Orgânica 3. Ação Administrativa. Proc. n.º 442/19.8BELSB	<b>Autor:</b> Nuno Miguel Romão Dias <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Acidente de viação na E.N. 8. Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães. Pedido de indemnização. Responsabilidade civil extracontratual. Montante peticionado: €603,73	Apresentação de contestação em 17.05.2019



MUNICÍPIO DE TORRES  
VEDRAS | RELATÓRIO DO  
ORÇAMENTO | 2022

Jurisdicção	Intervenientes	Objeto da ação	Estado Atual
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 2. Ação administrativa. Proc. n.º 612/2018.6BELSB.	<b>Autor:</b> Município de Torres Vedras <b>Ré:</b> Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro	Impugnação das deliberações de 19/09/2017 e 29/01/2018 da Autoridade de Gestão do Programa Operacional PORCENTRO (QREN). Aplicação de correção financeira. Empreitada de construção da EB e JI em Chamusca, Ponte do Rol.	Alegações Finais escritas apresentadas em 20/11/2018.
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 5. Ação Administrativa. Proc. n.º 430/2018.1BELSB	<b>Autor:</b> Ministério Público. <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras <b>Contrainteressado:</b> Edilino - Construção e venda de imóveis, Lda.	Impugnação de actos administrativos de licenciamento de operações urbanísticas praticados no âmbito dos processos de loteamento n.º 02/248/98 e de obras n.ºs OP/618/00 e OP/45/04. Moradia sita na Praia da Vigia, Santa Cruz, Freguesia de A-dos-Cunhados.	Apresentação de contestação em 23/04/2018; Notificação da apresentação de Réplica pelo M.P.
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 4. Ação Administrativa. Proc. n.º 683/16.0BELSB.	<b>Autor:</b> Anabela Veloso Vaz e Outros <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras e outros	Anulação do ato de deferimento de alteração ao alvará de loteamento n.º 15/97. Lote 70. Quinta de Fez. Freguesia do Turcifal.	Apresentação de Contestação em 20.03.2018. Notificação em 28.09.2021 de requerimento apresentado pelos 3ºs Réus
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 4. Ação Administrativa. Proc. n.º 2950/16.3BELSB.	<b>Autor:</b> Maria de Fátima da Silva Nunes Azevedo <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Declaração da existência de contrato de trabalho e pedido de pagamento de quantia em dívida, a título de remunerações não pagas. Montante peticionado: € 5.142,00	Apresentação de Contestação em 17.02.2017. Notificação de Pedido de elementos pelo tribunal à Autora em 08.06.2020
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 5. Ação Administrativa. Proc. n.º 2402/15.9BELSB.	<b>Autor:</b> MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação de acto de indeferimento de pedido de autorização de instalação de antena de radiocomunicações sita em Ponte do Rol. Proc. OP/375/2003.	Apresentação de Alegações finais em 08.02.2017. Apresentação de Alegações suplementares em 23/11/2020
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 3. Ação Administrativa. Proc. n.º 2147/15.0BELSB.	<b>Autor:</b> MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação de acto de indeferimento de pedido de autorização de instalação de antena de radiocomunicações sita em Furadouro. Proc. OP/375/2003	Apresentação de Alegações finais em 01/07/2019. Apresentação de Alegações suplementares em 23/11/2020





MUNICÍPIO DE TORRES  
VEDRAS | RELATÓRIO DO  
ORÇAMENTO | 2022

Jurisdicção	Intervenientes	Objeto da ação	Estado Atual
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 4. Ação Administrativa especial. Proc. n.º 1936/14.7BELSB.	<b>Autor:</b> Maria Helena de Almeida Seixas Lopes <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação com efeito suspensivo da ordem de demolição de um anexo, de estrutura metálica e cobertura de parte do alçado posterior e principal com chapa acrílica. Moradia sita em Santa Cruz, Freguesia da Silveira.	Suspensão da instância desde 14.09.2017 para tentativa de acordo entre as partes considerando a possibilidade de legalização das obras posteriormente à revisão do PDM de Torres Vedras
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 3. Ação administrativa especial. Proc. n.º 1913/14.8BELSB	<b>Autor:</b> José Gonçalo Jorge Porém <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação de ordem de demolição de muros não confinantes com a via pública edificados em Reserva Agrícola Nacional e em violação do POOC Alcobça-Mafra. Santa Cruz, Freguesia da Silveira	Apresentação de Alegações finais escritas em 19.10.2016
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 4. Ação Administrativa Especial. Proc. n.º 2989/13.0BELSB	<b>Autor:</b> Acácio Batista Lúcio <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação de acto administrativo que ordenou a demolição das obras executadas no âmbito dos Procs. DGU AR/361/2010 e OP/15/2012	Notificação em 30.09.2021 de sentença favorável ao Município de Torres Vedras tendo já transitado com trânsito em julgado.
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Acção Administrativa especial N.º 433/13.2BELSB.	<b>Autor:</b> Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação do acto administrativo de indeferimento e ordem de demolição do suporte de antena de radiocomunicações sita em Cabeço da Rainha - A dos Cunhados - OP/580/2003	O Município foi notificado em 26/04/2021 da sentença que julgou a ação improcedente. A VODAFONE interpôs recurso, o Município apresentou contra-alegações, em 24/06/2021, aguardando-se decisão. O recurso foi admitido e os autos subiram ao Tribunal Central Administrativo Sul
Tribunal Central Administrativo Sul. Secção de Contencioso Administrativo. Proc. TCA n.º 1328/16	<b>Autores:</b> Mário Manuel Santos Ferreira e Jorge Manuel Ramos Brito Mesquita <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação da deliberação da câmara municipal que aplicou aos Autores uma pena de multa de quatro remunerações diárias no âmbito de procedimento disciplinar. Proc.º 306/2013.9BELSB.	Interposição de recurso pelo Município de Torres Vedras em 27.09.2017. Subida dos autos ao Tribunal Central Administrativo Sul. Notificação do Município de Torres Vedras do parecer do Ministério Público em 14.03.2018.
Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa. Unidade Orgânica 6. Acção Administrativa. Processo n.º 1935/12.3BELSB	<b>Autor:</b> Grandes Farras - Hotelaria, Bar e Restaurante, Lda. <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação de ato de vistoria para alteração de uso de estabelecimento de café-bar sito em Povoia de Penafirme, A dos Cunhados. OP/341/99	Apresentação de Alegações finais pelo Município de Torres Vedras em 16.06.2014. Remessa do processo administrativo instrutor em 21.05.2020



MUNICÍPIO DE TORRES  
VEDRAS | RELATÓRIO DO  
ORÇAMENTO | 2022

Jurisdicção	Intervenientes	Objeto da ação	Estado Atual
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte. Juízo de Local Cível de Torres Vedras - Juiz 2. Acção Popular. Proc. n.º 81/12.4TBTV.D.	<b>Autor:</b> Jaime Manuel M. Cabrita Carneiro <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras e Presidente do Município	Pedido de declaração de que o "Sr. Vinho " é uma peça inútil, desadequada ao Mercado Municipal e que o ato de ajustar pelo valor de € 178.800,00 constitui um ato ruinoso para o Município de Torres Vedras, devendo a obra de arte ser removida e o ato de adjudicação ser considerado nulo	Notificação do Município de Torres Vedras de apresentação de requerimento probatório pelo Autor
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 6. Acção Administrativa Especial. Proc. n.º 3557/11.7BELSB	<b>Autor:</b> TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, SA <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação de acto de indeferimento de pedido de autorização de antena de radiocomunicações. Proc.º OP/496/2006; OP/17341/2006.	Notificação de sentença em 07.10.2021. Extinção da instância por inutilidade superveniente da lide. Transitou em julgado.
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Acção administrativa especial Proc.º 3060/11.5BELSB.	<b>Autor:</b> TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, SA <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Impugnação de acto de indeferimento de pedido de autorização de antena de radiocomunicações	Acórdão do TCA-Sul de 22.09.2016: Baixa dos autos ao TAC de Lisboa para apreciação do recurso como reclamação para a conferência. Negado provimento à Reclamação e absolvição do Município do pedido, por acórdão de 05/05/2021. Transitou em julgado.
Tribunal Central Administrativo Sul. Secção de Contencioso Administrativo. Proc. n.º 1481/10.0BELSB	<b>Autor:</b> Ana Filipa Pimentel Silva e outros <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras	Danos patrimoniais provocados ao A. pela aquisição da participação Social na sociedade comercial "Náutica Bar, Lda."	Interposição de recurso pelo Município de Torres Vedras em 16.12.2016 no TCA-Sul.
Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. Unidade Orgânica 5. Acção Administrativa Especial. Proc.º 214/05.7BELRS	<b>Autor:</b> Ministério Público <b>Réu:</b> Município de Torres Vedras <b>Contrainteressados:</b> Construções Evaristo e Libório, Lda. e outros	Impugnação de atos administrativos no âmbito do Proc. OP/6053/97 (Deliberação de aprovação de projeto de arquitetura e deferimento de pedido de construção)	Apresentação de resposta do Município de Torres Vedras em 18.06.2021, ao despacho para a ampliação do objeto do recurso requerido pelo Ministério Público

## II - Mapa das Entidades Participadas pelo Município:

Un.: Euros

DENOMINAÇÃO SOCIAL (da participada)	Sede	N.P.C.	F	N	CAE (rev.II)	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO VALOR	%
1 CAERO-Centro de Apoio ao Empresário, Lda.	Torres Vedras	503678384	SQ	1P	74140	100.000,00	20.000,00	20,00%
2 PROMOTORRES E.M.	Torres Vedras	503941565	EM	1P	92620	250.000,00	250.000,00	100,00%
3 SEFO-Soc.Educação e Formação Oeste, Lda.	Torres Vedras	503005843	SQ	1P	80421	42.398,00	12.470,00	29,41%
4 Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Lisboa	514387130	SA	1P	37002	113.527.680,00	711.623,00	0,63%
5 Águas do Vale do Tejo, S.A.	Guarda	513606130	SA	1P	37002	83.759.578,00	2.584.932,00	3,09%